



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações contábeis completas, que inclui as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia e disponíveis no website www.energiadosventos.com.br. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 04 de março de 2022. **A Administração.**

Balanco Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		12.700	14.189
Caixa e equivalentes de caixa	4	788	1.327
Investimentos de curto prazo	5	8.750	9.817
Contas a receber de clientes	7	2.383	2.087
Outros ativos		779	958
Não circulante		167.239	169.926
Títulos e valores mobiliários	6	16.473	12.263
Depósitos judiciais		10	10
Imobilizado	8	146.894	153.221
Intangível		3.862	4.432
Total do ativo		179.939	184.115
Passivo circulante		12.582	12.389
Fornecedores	9	1.531	1.075
Partes relacionadas	13.1	1.712	—
Empréstimos e financiamentos	10	5.445	5.216
Arrendamentos	13.1	21	23
Salários, férias e encargos sociais		108	85
Impostos e contribuições sociais a recolher		491	268
Mútuos		—	2.428
Dividendos mínimos obrigatórios	13.1	704	235
Provisão para constituição de ativos	11	2.558	3.044
Outros passivos		12	15
Não circulante		73.005	76.956
Empréstimos e financiamentos	10	72.824	76.890
Arrendamentos	13.1	181	66
Partes não vinculadas		94.702	94.702
Capital social	14	91.373	94.051
Reservas de lucros		2.979	719
Passivo e patrimônio líquido		179.939	184.115

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

		Reserva de lucros		Lucro (prejuízos) acumulados		Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	93.744	49	704	—	—	94.497
Aumento de capital	307	—	—	—	—	307
Prejuízo do exercício	—	—	—	(34)	(34)	(34)
Absorção de prejuízo	—	—	(34)	—	34	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	94.051	49	670	—	—	94.770
Redução de capital	(2.678)	—	—	—	(2.678)	(2.678)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	2.964	2.964	2.964
Reserva legal	—	148	—	(148)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(704)	(704)	(704)
Transferência para reserva de lucros	—	—	2.112	(2.112)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.373	197	2.782	—	—	94.352

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Informações Gerais: A Energia dos Ventos IV S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 442 de 24 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pitombeira, constituída de quinze unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a solicitação de alteração de característica técnica passando a ser três Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 27.300kW de capacidade instalada e 14.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anulou a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.650, de 23 de fevereiro de 2016. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035). **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** O Despacho nº 3.142 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018. A autorização de exploração de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão. **Impactos da COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua. Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia. A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; teste semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2022. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação contábil brasileira, os Princípios de Contabilidade, as Instruções de Apresentação de Demonstrações Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode variar significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CEE"). • Nota 12 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração Inicial:** O custo a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das condições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contá a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o

Demonstração do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	15	22.211	17.611
Custos Operacionais			
Compra de energia elétrica		(5)	(5)
Custos dos serviços prestados		(5.946)	(4.640)
Depreciação e amortização		(6.192)	(6.314)
Lucro Bruto	16	(12.143)	(10.959)
Despesas Operacionais			
Administrativas e gerais		(403)	(301)
Pessoal		(276)	(245)
Depreciação e amortização		(41)	(31)
Outras receitas operacionais		44	—
Lucro antes do resultado financeiro	16	(9.767)	(6.577)
Despesas financeiras	17	(6.365)	(5.867)
Receitas financeiras	17	1.039	453
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.066	661
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.102)	(695)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.964	(34)

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

		(Em milhares de reais)	
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.964	(34)	
Outros resultados abrangentes	—	—	
Total do resultado abrangente do exercício	2.964	(34)	

Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a Companhia não mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos:** *Instruments financeiros:* A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando e pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem ocorrer a ação com a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões datribunais. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Qualquer ganho e perda na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Tributação: Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.7 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a

		Remuneração		31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento		—	203	403	
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	—	585	924	
			788	1.327	

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

		Remuneração		31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - STA Energia	106,06% do CDI	8.456	9.741		
Fundo de Investimento - Debêntures - Windepar	98,96% do CDI	294	76		
		8.750	9.817		

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo Exclusivo FI - Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

		Remuneração		31/12/2021	31/12/2020
BNDES	De 98,96% a 100,06% do CDI	15.084	11.112		
Debêntures - Windepar	De 98,96% a 100,06% do CDI	1.389	1.151		
		16.473	12.263		

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A.

7. Contas a receber de clientes:

		31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica		2.383	2.087

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

		Taxa média anual de depreciação		Transferência entre contas		31/12/2020	Adições	Baixas	Outros	31/12/2021
Em serviço										
Terrenos		2.550	—	—	2.550	—	—	—	—	2.550
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	4.541	—	—	4.541	299	—	—	—	4.840
Máquinas e equipamentos	4%	164.996	19	1.048	166.063	—	—	—	—	166.063
Direito de uso de arrendamento (ii)	14%	98	38	—	136	—	—	—	154	290
Em curso										
Material em depósito (i)		2.284	—	18	2.302	—	—	—	(468)	1.834
A Ratear		1.048	—	(1.048)	—	—	—	—	—	—
Adiantamento a Fornecedor		50	—	—	50	—	—	—	(50)	—
Sistema de Conexão e Transmissão		5.313	2 (1.443)	(18)	3.854	—	(35)	—	—	3.819
Total do custo do imobilizado		180.880	59 (1.443) </							

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

11. Provisão para constituição de ativo:

Natureza	31/12/2019	Reversão 31/12/2020	Reversão 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	3.377	(333)	3.044
		(486)	2.558

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. Provisão para contingências:

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda. A Companhia leva em consideração, para divulgação em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da administração, sejam importantes para os negócios da Companhia, conforme melhor descrito adiante: **(A) Perda provável:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. **(B) Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas: **(i) Demandas Trabalhistas, Regulatórias, Ambientais e Arbitrais:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. **(ii) Demandas Cíveis:** atualmente existe um processo judicial de natureza Cível, de valor em risco aproximado em R\$ 9, com natureza de risco possível de perda. Não há processos relevantes que devam ser destacados. **(iii) Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 74, com natureza de risco possível de perda. Não há processos relevantes que devam ser destacados. **(iv) Demandas Regulatórias: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400,** Companhia, Alupar Investimento S.A. (controladora da Companhia), bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA, Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos I S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no roteiro do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 98.

13.2 Garantias:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARS, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	81.047	66.369
Alupar/Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARS, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	11.900	11.900

13.3 Remuneração da alta administração: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14. Patrimônio líquido - Capital social: Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 94.051 para R\$ 91.373, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 2.678. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 91.373 (R\$ 94.051 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 95.942.065 ações ordinárias (o mesmo valor em ações em 31 de dezembro de 2020), conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	%
Acionistas		
Windepar Holding S.A.	95.942.064	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	95.942.065	100,00

Reservas de Lucros: a. **Reserva legal:** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. b. **Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. c. **Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Deste modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.964
Reserva legal	(148)
Subtotal	2.816
Dividendo mínimo obrigatório	(704)
Reserva de lucros	(2.112)
Saldo de lucros do exercício	—

Em 2020 a Companhia apresentou prejuízo no exercício, e não houve destinação de resultado.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - Geração própria	22.955	18.362
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	244	3
	23.199	18.365
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(160)	(119)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(738)	(551)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(90)	(84)
	(988)	(754)
Receita operacional líquida	22.211	17.611

13. Partes relacionadas; 13.1 Transações com partes relacionadas: Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Mútuo a pagar - Windepar Holding S.A.	—	2.428
Dividendos mínimos obrigatórios - Windepar Holding S.A.	704	235
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	21	23
Redução de capital - Windepar Holding S.A.	1.712	—
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (nota 16)	2	—
	2.439	2.686

Passivo não circulante
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A. 181 66

B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas		
Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A.	(26)	(164)
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.	(41)	(28)
Prestação de serviços - AF Energia S.A. (*)	(24)	—
	(91)	(192)

Em 1º de Julho de 2020 a acionista WINDEPAR HOLDING S.A. ("Acionista Windepar") liquidou parte dos contratos através da integralização com créditos de contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e sua Acionista Windepar. Em 14 de junho de 2021 a Companhia liquidou o contrato de mútuo celebrado entre a Acionista WINDEPAR HOLDING S.A. ("Acionista Windepar") no valor de R\$ 2.454. Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 2.678, vide Nota Explicativa 14 - Patrimônio Líquido. Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a quitação de parte da devolução aos acionistas no valor de R\$ 966, a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda. (*) A AF Energia S.A. possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação comoreligadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Caixa e bancos	203	203
Equivalentes de caixa	585	585
Investimentos de curto prazo	8.750	8.750
Títulos e valores mobiliários	16.473	16.473
Contas a receber de clientes	2.383	2.383
	28.394	28.394
Passivo		
Fornecedores	1.531	1.531
Empréstimos e financiamentos	78.269	78.269
	79.800	79.800

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: **Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. **Análise de sensibilidade:** Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Inde-xador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III provável (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI	585	31	47	62	78	
Investimentos e curto prazo	8.750	465	698	930	1.163	
Títulos e Valores mobiliários	16.473	876	1.313	1.751	2.189	

Inde-xador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III provável (+25%)	Cenário IV (+50%)	
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP+	2,18%	66.369	3.508	4.539	5.570	6.601
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA	1,68%	11.900	568	752	936	1.120

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

20. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 99 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	208.899	356	10/12/2022
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2022
Total	213.899	358	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado no parque edício.

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Savio Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Energia dos Ventos IV S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos IV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação

das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

